

GABINETE DO PREFEITO



= LEI MUNICIPAL Nº 1.980, DE 28 DE JANEIRO DE 2026 =

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder premiação cultural a blocos carnavalescos do Município de Paracambi, com fundamento no art. 22 da Lei Federal nº 14.903/2024, e dá outras providências”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARACAMBI, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder premiação cultural, de caráter não reembolsável e não competitivo, a blocos carnavalescos e agentes culturais do Carnaval do Município de Paracambi, em reconhecimento à sua relevância cultural, artística e social, no âmbito do Carnaval de 2026.

**Art. 2º** A premiação cultural de que trata esta Lei será concedida mediante chamamento público, observado o disposto no art. 22 da Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024, e demais normas aplicáveis.

**Art. 3º** A concessão da premiação cultural:

- I – não gera obrigação de execução de objeto ou contrapartida financeira;
- II – não caracteriza prestação de serviços ao Município;
- III – não gera vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário;
- IV – não se confunde com subvenção, patrocínio ou fomento cultural.

**Art. 4º** A formalização da premiação cultural dar-se-á por meio de Termo de Premiação Cultural, nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 14.903/2024.

**Art. 5º** Os recursos destinados à premiação cultural correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Cultura, observada a disponibilidade orçamentária.

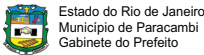
**Art. 6º** Não será exigida prestação de contas financeira dos valores recebidos a título de premiação cultural, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei Federal nº 14.903/2024, podendo ser exigido apenas relatório simplificado de participação cultural.

**Art. 7º** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por decreto, no que couber.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 28 de janeiro de 2026.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito



= LEI MUNICIPAL Nº 1.981, DE 28 DE JANEIRO DE 2026 =

“Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento, e dá outras providências”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARACAMBI, Estado do Rio de Janeiro, APROVOU e eu, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI, SANCIONO a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente no valor de R\$ 930.955,51 (Novecentos e trinta mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), com criação de natureza de despesa, natureza de receita e fonte de recurso, para atender as necessidades da Secretaria Municipal do Sistema de Defesa Civil, com fulcro no art. 41, inciso I art.42 c/c art. 43 parágrafo 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, na forma dos ANEXOS II e III.

**Art. 2º** - O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior advirá do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, de acordo com a determinação no art. 43 do parágrafo 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, a partir de emenda parlamentar estadual individual obrigatória nº 2.266, conforme processo administrativo nº 8208/2025, na forma do ANEXO I que integra esta Lei.

**Art. 3º** - Ficam alterados o Plano Plurianual, e a Lei Orçamentária vigentes, a fim de se incluir nova fonte de recurso e natureza de despesa descritos aos ANEXOS II e III.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada por Decreto Executivo.

Gabinete do Prefeito, 28 de janeiro de 2026.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI	
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO	
EXERCÍCIO 2026	
FONTE DE RECURSO: 1.710.1196 – Transferência Especial Dos Estados - Emenda n 2.266	
RECEITA ESTIMADA LOA - 2026 (A)	R\$ 0,00
RECEITA ATÉ 09/01/2026 (B)	R\$ 930.955,51
CRÉDITOS ADICIONAIS POR EXCESSO ABERTOS NA FONTE (C)	R\$ 0,00
TOTAL DE EXCESSO ARRECADAÇÃO ( D)	R\$ 930.955,51
TOTAL DE CRÉDITO DISPONÍVEL PARA ABERTURA (D -C)	R\$ 930.955,51
CRÉDITO UTILIZADO NESTE DECRETO	R\$ 930.955,51

ANEXO II

QUADRO DE DETALHAMENTO DA RECEITA 2026			
CÓD. DA RECEITA	DESCRIÇÃO	RECURSO	VALOR
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros E Correções Monetárias		
1.3.2.1.01.0.0.00.00.00	Remuneração De Depósitos Bancários		
1.3.2.1.01.1.0.00.00.00	Remuneração De Depósitos Bancários		
1.3.2.1.01.1.1.00.00.00	Remuneração De Depósitos Bancários - Vinculados		
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00	Remuneração De Depósitos De Recursos Vinculados - Prefeitura		
1.3.2.1.01.1.1.01.XX.00	Remuner. Depósitos Bancários - Transf. Esp. Do Estado - Emenda N 2.266	1.710.1196	21.300,51
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Dos Estados E Do Distrito Federal E De Suas Entidades		
1.7.2.9.00.0.0.00.00.00	Outras Transferências Dos Estados E Distrito Federal		
1.7.2.9.54.0.0.00.00.00	Transferência Especial dos Estados e do DF		
1.7.2.9.54.1.0.00.00.00	Transferência Especial dos Estados e do DF - PMP		
1.7.2.9.54.1.0.01.00.00	Transferência Especial dos Estados		
1.7.2.9.54.1.0.01.XX.00	Transferência Especial Dos Estados - Emenda N 2.266	1.710.1196	909.655,00

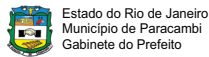
ANEXO III

COD. REDUZIDO	PROGRAMA DE TRABALHO	NAT. DESPESA	FONTE	ANULA	SUPLEMENTA
---	04.01.06.182.0116.1158	3.3.90.39	1.710.1196	-0-	660.955,51
---	04.01.06.182.0116.1158	4.4.90.52	1.710.1196	-0-	270.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>930.955,51</b>

Fonte: 1.710.1196 – Transferência Especial Dos Estados - Emenda n 2.266

Gabinete do Prefeito, 28 de janeiro de 2026.

**ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO**  
Prefeito



= LEI MUNICIPAL Nº 1.982, DE 28 DE JANEIRO DE 2026 =

“Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento vigente, e dá outras providências”.

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente no valor de R\$ 41.166.225,00 (Quarenta e um milhões, cento e sessenta e seis mil, duzentos e vinte e cinco reais), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e do Fundo Municipal de Saúde, conforme ANEXO, com fulcro no art. 41, inciso I, art. 42 c/c art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/64.

**Art. 2º** - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado com cancelamento no vigente orçamento de parte da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação e do Fundo Municipal de Saúde, conforme ANEXO, de acordo com o solicitado no processo administrativo 470/2026.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo regulamentada por decreto de crédito adicional suplementar.

Gabinete do Prefeito, 28 de janeiro de 2026.

**ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO**  
Prefeito

ANEXO

COD. REDUZIDO	PROGRAMA DE TRABALHO	NAT. DESPESA	FONTE	ANULA	SUPLEMENTA
483	12.01.12.361.0029.2034	3.3.90.04	1.540.0001	50.000,00	-0-
640	12.02.12.361.0029.2311	3.3.90.04	1.540.0001	200.000,00	-0-
---	12.02.12.361.0029.2311	3.1.90.04	1.540.0001	-0-	200.000,00
---	12.01.12.361.0029.2034	3.1.90.04	1.540.0001	-0-	50.000,00
23	21.01.10.301.0127.2191	3.3.90.85	1.600.0266	1.066.225,00	-0-
24	21.01.10.301.0127.2191	3.3.90.85	1.659.0659	1.000.000,00	-0-
---	21.01.10.301.0127.2191	3.3.50.85	1.600.0266	-0-	1.066.225,00
---	21.01.10.301.0127.2191	3.3.50.85	1.659.0659	-0-	1.000.000,00
65	21.01.10.302.0128.2105	3.3.90.85	1.600.0266	15.000.000,00	-0-
66	21.01.10.302.0128.2105	3.3.90.85	1.605.0605	2.500.000,00	-0-
67	21.01.10.302.0128.2105	3.3.90.85	1.659.0659	12.500.000,00	-0-
68	21.01.10.302.0128.2105	3.3.90.85	1.621.0136	7.950.000,00	-0-
69	21.01.10.302.0128.2105	3.3.90.85	1.500.0084	900.000,00	-0-
---	21.01.10.302.0128.2105	3.3.50.85	1.600.0266	-0-	15.000.000,00
---	21.01.10.302.0128.2105	3.3.50.85	1.605.0605	-0-	2.500.000,00
---	21.01.10.302.0128.2105	3.3.50.85	1.659.0659	-0-	12.500.000,00
---	21.01.10.302.0128.2105	3.3.50.85	1.621.0136	-0-	7.950.000,00
---	21.01.10.302.0128.2105	3.3.50.85	1.500.0084	-0-	900.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>41.166.225,00</b>	<b>41.166.225,00</b>

Fonte: 1.500.0084 - Recursos de Impostos e transferências de impostos

Fonte: 1.540.0001 - FUNDEB

Fonte: 1.600.0266 - FNS CUSTEIO

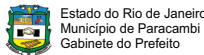
Fonte: 1.659.0659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde

Fonte: 1.605.0605 - Transferência da União - Piso da Enfermagem

Fonte: 1.621.0136 - TRANSFERENCIADO ESTADO

Gabinete do Prefeito, 28 de janeiro de 2026.

**ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO**  
Prefeito



= DECRETO Nº 6.233, DE 28 DE JANEIRO DE 2026 =

“Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento”

O Prefeito Municipal de Paracambi, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 1967/2025.

= DECRETA =

**Art. 1º** - Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), para atender as despesas da Secretaria Municipal de Administração, conforme ANEXO, com fulcro no art. 41, inciso I, art. 42 c/c art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/64.

**Parágrafo Único** – O presente crédito adicional suplementar deste decreto está autorizado no artigo 13 da Lei 1967/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme processo administrativo nº 659/2026.

**Art. 2º** - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado com cancelamento no vigente orçamento de parte da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Administração, conforme ANEXO que integra o presente Decreto.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 28 de janeiro de 2026.

**ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO**  
Prefeito

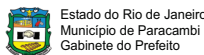
ANEXO

COD. REDUZIDO	PROGRAMA DE TRABALHO	NAT. DESPESA	FONTE	ANULA	SUPLEMENTA
254	10.01.04.122.0006.1156	4.4.90.52	1.708.0205	10.000,00	-0-
272	10.01.04.122.0010.1094	4.4.90.52	1.708.0205	10.000,00	-0-
282	10.01.04.128.0119.2393	4.4.90.52	1.708.0205	10.000,00	-0-
279	10.01.04.128.0119.2394	4.4.90.52	1.708.0205	10.000,00	-0-
276	10.01.22.665.0119.2392	4.4.90.52	1.708.0205	10.000,00	-0-
259	10.01.04.122.0006.2024	4.4.90.52	1.708.0205	-0-	50.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>50.000,00</b>	<b>50.000,00</b>

Fonte: 1.708.0205 - Comp. Financ. Recursos Minerais - CFEM

Gabinete do Prefeito, 28 de janeiro de 2026.

**ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO**  
Prefeito



= PORTARIA Nº98/2026 =

O Prefeito Municipal de Paracambi no uso de suas atribuições legais,

= R E S O L V E =

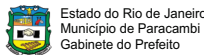
**Art. 1º** TORNAR Público a renovação da permuta entre as Servidoras PAULA CRISTINA JUVENAL OLIVEIRA, Matrícula 36/12527, Professor B do Município de Paracambi, com o servidor CARLOS JOSÉ RIBEIRO DA SILVA, Matrícula 2538, Professor de Português, para exercerem suas atividades no ano letivo de 2026, conforme Processo nº 609/2026.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Afixe-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 28 de janeiro de 2026.

**ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO**  
Prefeito



= PORTARIA Nº99/2026 =





O Prefeito Municipal de Paracambi no uso de suas atribuições legais,

**= RESOLVE =**

**Art. 1º** TORNAR Público a renovação da permuta entre as Servidoras RAQUEL HENDRIKA SILVA MOSTERT, Matrícula 4179, Professor Doc II e FERNANDA ABREU DE SOUZA SIQUEIRA, Matrícula 36/12747, Professor Doc II ambas do Município de Seropédica, com a servidora ALINE FERREIRA VIEIRA ROBERTO, Matrícula 11970, do Município de Seropédica, para exercerem suas atividades no ano letivo de 2026, conforme Processo Administrativo nº 670/2026.

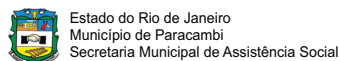
**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Afixe-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 28 de janeiro de 2026.

**ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO**  
Prefeito

**SECRETARIAS**



**= PORTARIA Nº 001/2026 =**

"Institui Grupo de Trabalho (GT) para coordenação, planejamento e condução do processo de reordenamento dos serviços socioassistenciais de acolhimento para pessoas adultas com deficiência no Município de Paracambi"

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARACAMBI, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a Recomendação nº 001/2025 – GE-PREVINT, expedida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Inquérito Civil nº 02.22.0011.0045112/2025-74;

**CONSIDERANDO** a necessidade de iniciar, desenvolver e finalizar o processo de reordenamento dos serviços socioassistenciais de acolhimento para pessoas adultas com deficiência, com vistas à implantação de Residências Inclusivas (RI), no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

**= RESOLVE =**

**Art. 1º** - Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, GRUPO DE TRABALHO (GT) com a finalidade de coordenar, planejar e conduzir o processo de reordenamento dos serviços socioassistenciais de acolhimento para pessoas adultas com deficiência no Município de Paracambi, em atendimento à Recomendação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 2º** O Grupo de Trabalho terá, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I – coordenar o levantamento diagnóstico situacional das pessoas em situação de acolhimento irregular;
- II – planejar o reordenamento dos serviços de acolhimento, definindo a implantação de Residências Inclusivas (RI);
- III – propor a forma de execução ou gestão do serviço de acolhimento;
- IV – articular ações intersetoriais necessárias ao processo de reordenamento;
- V – acompanhar a execução das medidas administrativas necessárias ao cumprimento da Recomendação ministerial;
- VI – elaborar relatórios técnicos e documentos correlatos.

**Art. 3º** O Grupo de Trabalho será presidido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e composto pelos seguintes membros:

- I – Luciano Lima Lobato – Matrícula nº 15.561 – Presidente do GT;
- II – Carla Santos Aguiar – Matrícula nº 1.350;
- III – Lidyane Ferreira Caldas – Matrícula nº 15.413;
- IV – Jessica de Lima Gomes – Matrícula nº 1.348;
- V – Glória Bianca Abreu Logon – Matrícula nº 15.773;
- VI – Luiz Carlos Felício de Carvalho;
- VII – Matheus França Pinto – Matrícula nº 15.839;
- VIII – Lucas Cavalieri Carreiro – Matrícula nº 15.963.

**Art. 4º** O Grupo de Trabalho poderá convidar representantes de outras Secretarias Municipais e órgãos públicos, sempre que necessário ao cumprimento de suas atribuições.

**Art. 5º** A participação no Grupo de Trabalho não ensejará qualquer remuneração adicional, sendo considerada de relevante interesse público.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 28 de janeiro de 2026.

**WELINGTON BRAGA DE SOUSA**  
Secretaria Municipal de Assistência Social

